

BALANÇO

À continuação se apresenta um resumo da análise da situação dos direitos humanos que a Provea realiza neste Informe Anual. Como o tem feito nas últimas duas décadas, o informe recolhe avanços, paralizações e retrocessos que podem ter se produzido no país em relação à garantia e proteção estatal dos direitos humanos. É um diagnóstico que pretende promover uma discussão e diálogo para criar consciência nos responsáveis dos poderes públicos e na sociedade sobre a situação do país nesta matéria, e que, ao mesmo tempo, sirva para pensar e atuar na superação dos déficits que existem. É um esforço de pesquisa que pretende contribuir para a construção de conhecimentos, apesar das limitações e sub-registros no levantamento de informação, para orientar as políticas públicas e para a discussão do país inclusivo, com justiça social e liberdade, que merecem os venezuelanos e venezuelanas.

Os dados provêm de fontes oficiais e privadas, no seguimento rigoroso de 60 meios de comunicação nacionais e regionais, e outras análises acadêmicos e entrevistas diretas a funcionários e/ou atores não-estatais.

Os dados compilados evidenciam um processo regressivo nas políticas públicas nas quais o Executivo Nacional tinha alcançado avanços significativos em períodos anteriores. A paralização de algumas das missões sociais tem seu correlato no aumento das mobilizações populares em demanda por direitos, o que coincide com a própria análise de alguns altos porta-vozes governamentais, incluídos o próprio Presidente, sobre uma diminuição da eficiência da função pública.

Direitos econômicos, sociais e culturais

Em relação ao **direito à alimentação**, durante os dez anos percebem-se significativos avanços. Entre os ganhos destacados encontram-se a redução do déficit nutricional em crianças menores de 5 anos, passando de 4,66% para 4,18%; o aumento em 30% do consumo de calorias por pessoa; a diminuição da taxa de mortalidade infantil por deficiências na nutrição, passando de 4,2% em 1999 para 2,3 em 2006. Outro aspecto importante é o incremento de 18% no consumo de alimentos, assim como que 98% dos lares venezuelanos ingira as três refeições.

As missões sociais (Mercal, Programa de Casa de Alimentação), empreendidas pelo Executivo Nacional, têm impactado positivamente na distribuição de alimentos a baixos custos, porém tem se descuidado o aumento da produção agrícola, o qual garantiria a segurança alimentar do país. A esse respeito, tem-se sofrido um importante retrocesso em rubricas nas quais anteriormente havia auto-abastecimento, tais como café, milho, arroz e açúcar.

Um aspecto preocupante, no referente à segurança alimentar, é a grande dependência das importações e dos cíclicos períodos de desabastecimento em algumas rubricas, o que evidencia a alta vulnerabilidade do país na matéria. A esse respeito, um dado que chama a atenção é do total de calorias médias diárias que uma pessoa consome, 45,6% provêm de alimentos trazidos do exterior. Em outro dado revelador, o Governo investiu 37% mais em importações durante 2008, comparado com o ano anterior.

Duas leis se destacam no período 1999-2009: a Lei Orgânica de Segurança e Soberania Alimentar (LOSSA) e a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário (LTDA). O primeiro marco jurídico inclui aspectos importantes do direito, tais como: segurança e soberania agro-alimentar, a disponibilidade, acesso oportuno, entre outros. Porém, a LOSSA não contou com um amplo debate, deixando de fora importantes atores dentro do setor, e gerando resistência à sua aplicação. Além disso, o caráter fortemente punitivo da norma poderia provocar um desinvestimento do setor privado.

Em relação ao segundo marco regulatório, LTDA, promulgado em 2001, os resultados conseguidos não são de todo efetivos, com o que se faz necessário superar a adjudicação de terras e conseguir uma produção efetiva. A motivação da lei era a entrega de extensões de terreno a pequenos produtores como um passo importante na proteção do direito, porém certas diretrizes, como a excessiva centralização, não são as mais adequadas para alcançar as metas estabelecidas.

O balanço é positivo, mas a maior dúvida surge sobre se os resultados poderão ser sustentáveis no tempo e se contarão com um trabalho sistematizado para não perder as metas alcançadas. Também é necessário reverter, a partir do Estado a crescente inflação, a qual afeta tanto o consumo de alimentos como o poder aquisitivo das famílias.

Em relação ao **direito ao ambiente saudável**, durante o presente Informe se observou como aspecto positivo a aprovação da Lei de Gestão Integral de Riscos Socioculturais e Tecnológicos, da Lei de Gestão de Biodiversidade Ecológica e da Lei Geral de Portos, as quais ressaltam a participação cidadã na gestão e monitoria do ambiente como denominador comum às três. Além disso, ampliam as regulações sobre os impactos das atividades humanas sobre o ambiente e seus ecossistemas. Por outro lado, os marcos normativos cumprem com os preceitos constitucionais em matéria ambiental.

Um avanço significativo se apreciou na “justiciabilidad” deste direito, fato que se constata pela conformação da Direção de Defesa Integral do Ambiente e Delito Ambiental, submetida à Direção Geral de Atuação Processual do Ministério Público. Por outro lado, a Defensoria do Povo atendeu mais casos relacionados à proteção do ambiente e ilícitos ambientais com respeito ao período anterior. Porém, e apesar dos pontos positivos, não entrou em funcionamento a jurisdição penal ambiental.

Também se pode corroborar as conquistas obtidas pelo Ministério do Poder Popular para o Ambiente (MPPA) em matéria ambiental, mas, assim como no período anterior, se destaca a debilidade das políticas governamentais para diminuir a contaminação atmosférica. Nesse sentido, as deficiências que se observaram são: a supervisão e controle das fontes fixas e móveis que geram contaminação por parte do Estado; o controle, avaliação e seguimento das Avaliações de Impacto Ambiental (EIA, sigla em espanhol) e novamente se destaca uma ausência da Controladoria Geral da República na Gestão Ambiental, particularmente em relação ao controle de ativos e passivos do Estado na matéria.

Por sua vez, a reconversão mineira não tem avançado como se esperava, devido, em primeiro lugar, à falta de resultados concretos do plano de reinserção trabalhista e aumentos dos preços do ouro. O impacto da atividade mineira ilegal está gerando graves problemas ambientais no sul do país, sobretudo pela contaminação da água.

O MPPA, em matéria de participação comunitária, afirma que se conseguiram avanços significativos na formação, fortalecimento e capacitação em agroecologia, organização comunitária e conservação ambiental. Porém, até o fechamento deste Informe, não contamos com números oficiais para comparar com estas metas e resultados obtidos. Sobre este ponto, destaca-se a ausência de informação social em vários tópicos importantes para a realização de efetiva controladoria social, entre os quais destaca-se a ausência de acesso aos informes do programa *Revolução Energética*, ou as Petrocasas.

O tratamento dos resíduos sólidos continuou sendo a maior problemática em matéria ambiental durante o período de pesquisa, porém o fenômeno afetou, além do Distrito Capital, outras regiões do país. A maior preocupação é o inapropriado manejo dos resíduos sólidos e dos materiais sanitários.

Quanto ao **direito à educação**, suas estatísticas globais apresentam importantes avanços na matéria. A esse respeito, Edouard Matoko, diretor do Escritório Regional de Unesco em Quito, afirmou que “*Em matéria de oportunidades de inclusão, o país tem conseguido resultados significativos, apesar de que ainda há elementos para melhorar em termos de capacitação de docentes e infra-estrutura*”. A distância entre a população estimada em idade escolar e as inscritas no sistema de formação tem diminuído, porém uma revisão profunda dos números oferece outra leitura sobre a eficiência das políticas públicas do Estado. De fato, durante o período deste Informe, e pela primeira vez em quatro anos, o crescimento no número de estabelecimentos oficiais experimentou um retrocesso, fechando o ano de estudo com cifras negativas. Por sua parte, o setor privado cresceu, recuperando-se em relação à etapa anterior.

Por outro lado, se constatarem as dificuldades assinaladas no informe passado sobre a possibilidade prossecução em um mesmo estabelecimento, quando só 5% do total termina todo o ciclo formativo, sobretudo para aqueles setores que recorrem à educação oficial. Um aspecto que chama a atenção é o número do aumento de 27,4% no número de denúncias referentes a diversos problemas dos centros educativos do país.

Com a aprovação da Lei Orgânica de Educação se pôs fim a uma demora legislativa de pelo menos oito anos por parte da Assembléia Nacional, o que marcou um ponto alto no debate político-social no país, porém a discussão não conseguiu transcender o maniqueísmo ideológico.

A análise dos últimos 10 anos revela que a porcentagem de inclusão aumentou de 21,6% em 1998-99 para 56,5% em 2008-09, ainda que se estima que 1.500.000 pessoas entre 3 e 17 anos de idade estariam fora do sistema educativo. Porém, é significativa a redução na distância entre as estimações de população e a população matriculada.

Um estudo realizado pelo Centro Gumilla revelou informações sobre o impacto da violência nos centros educativos. Dos estudantes pesquisados 73% tem presenciado situações violentas dentro do estabelecimento, um quarto manifestou não haver observado situações de violência e 2% não respondeu. Do pessoal de direção e docente, 68% tem presenciado situações violentas dentro do estabelecimento, 31% não as tem evidenciado e 1% não respondeu. Ao indagar os tipos de ações violentas se encontraram: *agressões verbais* (88%), *agressões físicas* (79%), *abuso de poder* (24%) e *abuso sexual* (5%). Os docentes por sua parte têm evidenciado os seguintes fatos: *agressões verbais* (89%), *abuso de poder* (15%), *abuso sexual* (5%) e *não sabe ou não*

respondeu (1%). A pesquisa confirmou a presença de armas dentro dos estabelecimentos.

Durante o período se mantiveram as principais tendências no âmbito dos **direitos trabalhistas**. Para setembro do ano 2009, os números oficiais estimavam a População Economicamente Ativa (PEA) em 13.016.740 pessoas, o que representa 65,3% da população total maior de 15 anos, integrada por 19.920.222 pessoas. Neste mês, do total de ocupados, 7.240.153 (60,7%) são homens e 4.678.033 (39,2%) mulheres. A população ativa tem aumentado devido ao aumento das pessoas em idade de trabalhar. A taxa de desemprego média foi de 7,4% durante todo o ano 2008, sendo inferior à registrada em 2007 (8,3%). Até o encerramento deste Informe, o desemprego escalou até 8,4%. Da mesma forma, de cada 11 pessoas empregadas, 7 eram homens e 4 mulheres, indicadores semelhantes aos do período anterior. Por sua vez, os jovens continuam sendo o setor mais distante do mercado de trabalho, mostrando a maior taxa de desemprego com 13,6%.

Reverteu-se o crescimento experimentado pela economia formal durante 5 anos. Para o mês de maio de 2009, 55,1% da população ocupada (6.549.282 pessoas) trabalhava no setor informal, contrastando com a cifra registrada para o período anterior, quando estava em 56,8%. Em contrapartida, se experimentou um aumento da economia informal, que passou de 43,2% para 44,9%. 57% dos novos postos de trabalho foram proporcionados pelo setor público. Pela décima-quinta vez foi prorrogada a imobilidade trabalhista de acordo com o Decreto N° 6.603. O Ministério do Trabalho reportou que foram atendidos 51.500 casos de solicitações de religamento e qualificações de falta, das quais se geraram 15 mil salários caídos, reclamações e piores, para um total de 173.642 casos recebidos. Apesar de todos estes dados, se mantém a demora na outorga de respostas em matéria trabalhista, em parte por causas estruturais na execução da justiça por via administrativa nas inspetorias do trabalho.

Apesar de ter sido decretado um aumento salarial de 20%, o poder aquisitivo da massa trabalhadora experimentou uma queda nas remunerações reais, o que se evidenciou pela queda do consumo, que passou de 18,7% para 7,1%, segundo dados oficiais. Após o aumento, o salário mínimo se colocou em Bs.F. 967 – cerca de 449 dólares -, um montante que apenas cobre a cesta básica, segundo números oficiais.

Mantém-se a tendência por parte do Estado de tomar decisões em matéria trabalhista de maneira unilateral. A isto se adicionam outras situações que contextualizam o trabalho sindical: altos níveis de violência; aumento dos protestos trabalhistas, crescente arremetida das autoridades contra dirigentes sindicais e a ingerência de funcionários em comícios eleitorais gremiais. Durante o período, 88 dirigentes sindicais foram vítimas de violações graves de seus direitos. Entre eles se encontram o homicídio de 46 dirigentes sindicais, um aumento significativo, 242%, em relação aos 19 dirigentes que foram assassinados no período anterior. Esta quantidade constitui a segunda cifra mais alta registrada nos últimos 10 anos de governo do Presidente Chávez.

Durante o período, os trabalhadores realizaram 983 mobilizações, o equivalente a 33,97% do total registrado pela Provea, um aumento importante de 51,88% em relação ao período anterior. Cifras governamentais indicaram que, desde o ano 2006, se registraram 426 greves legais. Mesmo assim, foram aplicadas medidas judiciais ao menos a 33 trabalhadores e dirigentes sindicais. As autoridades têm sido menos pacientes frente às ações de rua pelos direitos trabalhistas: reprimiram-se 1 de cada 22

protestos. A principal exigência é o restabelecimento da discussão sobre os contratos coletivos. Soube-se que no ano 2008 se homologaram 562 convenções coletivas.

Durante 2008, se realizaram 3.862 inspeções nos centros de trabalho do Instituto Nacional de Prevenção, Saúde e Segurança Trabalhistas (sigla em espanhol: Inpsasel), o que evidencia a continuação das políticas destinadas a fiscalizar as condições e meio ambiente de trabalho. De acordo com as cifras do organismo até o terceiro trimestre de 2008 tem-se registrado a quantidade de 18.106 Delegados e Delegadas de Prevenção, assim como 7.262 Comitês de Segurança e Saúde no Trabalho. Porém, se constatou um aumento de acidentes no trabalho, o que demonstra a necessidade de aprofundar as políticas em matéria de prevenção e segurança.

Em relação aos **Povos Indígenas**, se, por um lado o Executivo Nacional tem, reiteradamente, reconhecido seus direitos, ainda mantém a dívida social em tornar realidade estas garantias. A demora mais significativa tem a ver com a principal reivindicação destes povos: a demarcação de seu habitat e suas terras. As evidências refletem que o Governo tem postergado a delimitação de terras indígenas, tal como a exige a Constituição. Organizações indígenas e grupos sociais realizaram durante o ano diferentes eventos para discutir a problemática, porém, neles, a ausência da Comissão Nacional de Demarcação foi notável, evidenciando a pouca inter-relação das autoridades com os beneficiários e beneficiárias de tal política. As exigências da comunidade são: a) estabelecer um cronograma de pagamentos das benfeitorias a todos os fazendeiros, donos de lotes e camponeses; b) anular de maneira oficial todas as concessões de minerais e c) reconhecer o direito à auto-demarcação, autogoverno e autodeterminação dos povos indígenas.

A paralisação do processo de demarcação agudizou os conflitos relacionados com a propriedade da terra. No encerramento do Informe um ocorrido na Sierra del Perijá ocasionou 2 mortes e 3 pessoas feridas. Este lamentável saldo tem sido resultado do clima de tensão que se vive entre as comunidades Yukpa como consequência da ação dos funcionários e funcionárias do Governo, que têm se encarregado de dividir as comunidades mediante o manejo clientelista dos programas de habitação, compra de caminhões e outorga de créditos para os Conselhos Comunais, tudo com a finalidade de conquistar seu apoio incondicional à assinatura de documentos de propostas de demarcação que vão acompanhadas dos “Acordos de Convivência com Terceiros”, que constituem uma maneira de manter os privilégios dos fazendeiros e donos de lotes, condenando aos indígenas à exclusão.

No estado Bolívar continua se registrando o deslocamento dos povos Warao e Eñe`pa o Panare de seus lugares de origem até cidades como San Félix, Puerto Ordaz, Ciudad Bolívar e, inclusive, Caracas, obrigados à mendicância. Mesmo assim, a atividade mineira que se desenvolve em diferentes regiões do país continua violentando os direitos dos povos indígenas. No estado Zulia, os indígenas dos povos Yukpa e Barí, conjuntamente com produtores agropecuários do município Machiques, exigiram do Governo a anulação das concessões para a exploração mineira da Sierra de Perijá.

A Direção de Saúde Indígena (DSI) tem realizado a habilitação de 23 escritórios de Serviços de Atenção e Orientação ao Indígena (SAOI), atendendo, durante 2008, um total de 43.988 pacientes. A Provea tem constatado o funcionamento destes escritórios, verificando os esforços em garantir integralmente a saúde dos povos indígenas,

respeitando a diversidade cultural para garantir sua acessibilidade ao Sistema Público Nacional de Saúde. O Ministério do Poder Popular para os Povos Indígenas (MPPPI) divulgou números de seus resultados em políticas sanitárias. Investiu-se Bs.F. 55.532.960 em 664 comunidades, em saúde, insumos alimentícios, de uso pessoal e equipamentos domésticos. Realizaram-se 220 Jornadas Integrais Médico-Assistenciais em 30 Povoados indígenas, para um total de 132.000 pessoas atendidas. Adquiriram-se e entregaram-se 65 Unidades Odontológicas, com um Investimento de Bs.F. 598.000 para atender a 30.000 pessoas, beneficiando a 1.277 comunidades. A distribuição de 200.000 módulos alimentícios, com um investimento de Bs.F. 30.796.000 para 30 Povos indígenas, se beneficiaram 1.156 comunidades e 373.000 pessoas.

Em matéria educativa, um ano depois da promulgação da Lei de Línguas Indígenas não se tem concretizado a criação do Instituto Nacional de Línguas Indígenas, órgão do Estado encarregado da gestão administrativa relacionada com a promoção e defesa destas línguas, derivado da lei. A subcomissão de Legislação Indígena da NA deu início à análise do anteprojeto de Lei de Proteção Especial dos Indígenas em sua condição de Artesãos e seu trabalho Artesanal. Outro avanço constituiu a aprovação da proposta da Venezuela para o ingresso do Delta del Orinoco à rede mundial de Reservas de Biosfera. Esta resolução implica que se deverá preservar a biodiversidade da zona e promover o desenvolvimento humano do originário povo Warao, sendo obrigação do Estado planejar a gestão e o desenvolvimento na zona de uma maneira sustentável.

O balanço do **direito à saúde** no encerramento deste período não revela mudanças significativas a esta situação nos anos anteriores. A formulação de um novo Plano Nacional de Saúde 2009-2012/2018 é positiva do ponto de vista conceitual e metodológico, pois propõe mudanças importantes à política pública de saúde sob um enfoque integral e intersetorial, com impacto nos fatores e condições determinantes da situação de saúde do país.

Em 2009 se manteve a rotação ministerial, com a designação do sétimo chefe da carteira de saúde em 10 anos de Governo, com o que se vem afetando a concreção material dos postulados constitucionais para a criação de um Sistema Público Nacional de Saúde (SPNS) único, intersetorial, descentralizado e participativo.

Uma medida que resultou contrária aos postulados constitucionais de descentralização foi a transferência financeira, física e administrativa, por via de decreto presidencial, dos bens e serviços de atenção à saúde subordinados à Prefeitura Metropolitana de Caracas e ao estado Miranda.

Tem se mantido a morosidade legislativa que marca a falta de aprovação definitiva da nova Lei de Saúde por parte da Assembléia Nacional (AN). Até a presente data, o SPNS continua fragmentado e segmentado em varias redes e instituições de atenção à saúde, sem que o Ministério do Poder Popular para a Saúde (MPPS) consiga fortalecer a reitoria única que lhe postula a Constituição.

Entre os problemas que afetam os centros hospitalares e ambulatorios do país, incluindo alguns módulos do Barrio Adentro, se encontram o déficit de profissionais de medicina e de enfermagem, seguido por problemas de infra-estrutura em áreas e serviços, condições de meio ambiente do trabalho insalubres, falhas em dotação de insumos e medicamentos, déficit de camas hospitalares e insegurança cidadã.

Quanto à situação epidemiológica, vem-se reportando surgimentos de mal de Chagas, que para o ano 2009 chegou a 80 casos registrados no estado Vargas. A incidência de tuberculose em entidades federais como Delta Amacuro (81,0) e o Distrito Capital (63,6) supera muito a média nacional. Por outra parte, o último Boletim Epidemiológico do MPPS, correspondente ao ano de 2008, evidenciou aumentos de 51% no número de mortes maternas reportadas nacionalmente (299 casos) e de 9,3% na taxa de mortalidade neonatal (5.187 casos).

Em relação ao **direito à segurança social**, a consolidação do “Sistema de Segurança Social integrado, universal, de financiamento solidário, unitário, eficiente e participativo”, estabelecido como um direito constitucional, continua sendo entendido como uma expectativa distante para os cidadãos, pela falta de continuidade de políticas públicas na área com enfoque em direitos humanos e a demora legislativa da Assembléia Nacional sobre o desenvolvimento de marcos legais que regem os regimes prestacionais de Saúde e de Aposentadoria e outras Designações Econômicas que consagra a Lei Orgânica do Sistema de Segurança Social (LOSSS).

Durante este período, registraram-se várias reclamações de grupos aposentados por sobrevivência que recebem até 30% do salário mínimo mensal para solicitar a equiparação aos 100% do salário mínimo mensal. Por sua parte, a partir do Instituto Venezuelano de Seguros Sociais (IVSS), tem se dado a conhecer que este é sua única renda. Estas declarações demonstram a escassa concepção de direito que tem a segurança social para as autoridades estatais. É importante ressaltar, ademais, que apesar de que 1.392.436 dos cidadãos/ãs estão aposentados, 41,9% de pessoas maiores de 60 anos continuam excluídas deste benefício, situação que se poderia explicar pelos atrasos no processo de inclusão por velhice e sobrevivência.

A partir da Provea, se observa com preocupação o impulso que deu o Estado para a criação de uma empresa de seguros sustentada com recursos públicos, devido à possibilidade de se afetar o direito à segurança social através da conformação de um sistema paralelo e um desvio de recursos que poderiam ser destinados ao fortalecimento do IVSS.

Um dos importantes avanços foi o impulso para a consolidação de uma farmácia de medicamentos e tratamentos de esclerose múltipla, puberdade precoce e câncer, entre outras doenças, para atender de maneira gratuita a beneficiários/as do seguro social.

Neste período, além disso, destacam-se algumas ações judiciais exercidas pelas vítimas, em companhia de algumas organizações não-governamentais em defesa do direito à segurança social. Entre os avanços alcançados com estes procedimentos, ressalta-se o fato de que as pessoas que sobrevivem de aposentadoria por incapacidade de trabalho ficam amparadas pelo benefício de uma pensão, dado que o STJ declarou com lugar uma solicitação de nulidade do artigo 23 do regulamento da Lei de Estatuto sobre Regimes e Prestações Sociais dos funcionários da administração pública. Da mesma forma, o poder judiciário ditou sentença a favor de um grupo de pessoas afetadas no caso de intoxicação químico-orgânica no hospital “La Ovalleda”, estado Aragua, abrindo um precedente positivo quanto à exigibilidade de direitos sociais.

Em relação ao **direito a uma moradia adequada**, continuaram sendo promulgadas normativas que juridicamente asseguram o acesso a um a um teto próprio, em contraste com o retrocesso da execução das políticas do setor. Durante o período, se constituíram 20.852 moradias, a quarta menor cifra dos 10 anos de governo do Presidente Chávez, cujo total se coloca em 300.939 moradias. A baixa média de construção anual de casas estabelece o presente Executivo Nacional como o segundo governo de menos construção habitacional de todo o período democrático, seguido por Rómulo Betancourt (1959-1963), cuja média anual se colocou em 16.961 moradias por ano. O déficit habitacional é de cerca de 3 milhões de moradias.

No dia 03.03.09 se realizou a fusão do Ministério do Poder Popular para a Habitação e Habitat e o Ministério do Poder Popular para a Infra-estrutura em uma nova entidade: o Ministério de Obras Públicas e Habitação (MOPVI segundo a sigla em espanhol). Esta medida aprofundou a fragilidade institucional, solicitando às novas autoridades um prazo de 6 meses para responder a qualquer petição de seus beneficiários e beneficiárias.

O desenvolvimento da chamada Missão Villanueva gerou expectativas de redução do déficit habitacional. Porém, seus cinco projetos apenas têm mostrado avanços nos prazos de execução. Apesar de ter se mantido a tendência de aumento do orçamento do setor pela via dos recursos extraordinários, pelo segundo ano consecutivo se reduziu o gasto público em habitação como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), colocando-se em 2,33%.

Segundo as cifras oficiais, se outorgaram 77.042 Títulos de Propriedade da Terra em todo o território nacional aos povoadores dos assentamentos urbanos populares, beneficiando 115.563 famílias. Avançou-se na discussão do projeto de Lei de Terras Urbanas cujo objetivo é democratizar o acesso às terras a serem urbanizadas. Outro aspecto positivo foi o decreto do prefeito Jorge Rodríguez, mediante o qual se proíbe os desalojamentos arbitrários no município Libertador.

A Provea monitorou 96 ocupações de terrenos baldios e imóveis no âmbito nacional, ações que envolveram pelo menos 8.662 famílias, aumentando 50% em comparação com o ano anterior. Por outro lado, registrou-se 40 desalojamentos forçados de terrenos e imóveis, 42% a mais que no período anterior, afetando pelo menos 5.394 famílias. Nestes procedimentos, uma pessoa resultou assassinada por funcionários policiais, foram detidas 138 pessoas e 67 foram feridas.

Direitos civis e políticos

Em matéria do **direito ao asilo e refúgio**, este ano se considera a situação da fronteira colombo-venezuelana e as relações entre ambos países, a atuação da Comissão Nacional de Refugiados (Conare), a quantidade de solicitantes de refúgio ante tal organismo, a situação de asilados no país e dos venezuelanos que têm solicitado proteção internacional.

Mais de 90% da população solicitante de refúgio no país provém da Colômbia e o conflito armado continua sendo a principal causa pela qual seus cidadãos solicitam proteção na Venezuela. A falta de políticas públicas de segurança e desenvolvimento na

zona de fronteira, por parte de ambos Estados, facilita aos grupos bélicos o empoderamento de tais áreas e mantém em situação de indefesos seus habitantes.

Boas relações políticas e diplomáticas entre a Venezuela e a Colômbia são de vital importância para dar solução efetiva ao problema limítrofe. Porém, tais condições não estão dadas e as relações se desenvolvem em um clima de tensão, após o governo colombiano ter pedido explicações ao venezuelano, sobre alguns Lança-foguetes que estavam em poder das FARC e que, supostamente, seriam propriedade da Força Armada Nacional.

Quanto ao tratamento que o Estado Venezuelano tem dado aos refugiados, é necessário assinalar que a Conare, organismo encarregado de outorgar tal condição, aborda as solicitações a partir de uma perspectiva de segurança e defesa da nação, o que se traduz para os solicitantes em mais tempo de espera e coloca em risco sua vida; excluindo-os, ademais, da vida social e produtiva. A Provea promove uma perspectiva humanitária que garanta os direitos fundamentais dos solicitantes.

Durante o ano de 2008, a Conare registrou 124 casos que envolviam 620 pessoas; 52 dos casos foram negados (quer dizer, 260 pessoas não receberam refúgio) e 72 casos foram reconhecidos (360 pessoas receberam proteção). Até o dia 15 de julho do presente ano, o organismo reconheceu 154 casos, o que envolvia 651 pessoas; 50 casos foram reconhecidos (235 pessoas desfrutaram de refúgio) e 105 foram negados (651 não receberam proteção).

Em relação aos exilados políticos na Venezuela, cabe recordar que o Supremo Tribunal de Justiça considerou a extradição de Ignacio Echeverria Landazábal – solicitação pela justiça espanhola no início do ano - improcedente, portanto, determinará a prescrição da ação penal que pesava contra ele, outorgando-lhe plena liberdade.

Por outro lado, segundo estatísticas oficiais dos Estados Unidos da América, durante 2008 houve 1.057 solicitações de asilo de cidadãos venezuelanos nesse país, dos quais 763 foram aprovados. Ademais, cabe destacar que no que já passou deste ano, quatro venezuelanos solicitaram e obtiveram proteção internacional na República do Peru, a saber: Manuel Rosales, asilo político; Oscar Pérez e Didalco Bolívar, asilo territorial; Nixon Moreno, condição de refugiado – segundo afirma sua representação legal.

No que se refere ao **direito à integridade pessoal**, a Provea registrou um total de 150 denúncias de casos de violações ao direito à integridade pessoal, com um saldo de 509 vítimas.

O padrão que apresentou maior número de vítimas foi: tratos ou penas cruéis, inumanas e degradantes, com 427 vítimas, seguido por buscas ilegais, das quais resultaram afetadas 41 pessoas, o terceiro lugar é ocupado pelas ameaças ou assédio, que registraram 34 vítimas, seguido pelos feridos, com 19, e, por último, as torturas, com 16 pessoas cujo direito à integridade pessoal foi violentado.

No padrão tortura, houve uma diminuição no número de vítimas de 5,88%, com 16 registradas durante este período, frente a 17 do anterior. Quanto à caracterização por sexo, os homens continuam sendo os mais vulneráveis a sofrer este tipo de violação, com 14 registrados. E, em relação à participação de organismos do Estado, 7 corpos de

segurança foram reportados como causadores das torturas denunciadas nos 15 casos registrados.

Em relação aos tratos ou penalidades cruéis, inumanas ou degradantes, o número de prejudicados decresceu 25,47%, sendo identificadas 427 vítimas, 146 a menos que no período de estudo anterior. Mantém-se a tendência histórica registrada em relação à identidade sexual das vítimas, sendo os homens os mais afetados em um universo de 142 vítimas: 104 homens (73,23%) e 38 mulheres (26,76%). Sob este padrão foram denunciados 39 dos 141 corpos de segurança da nação.

No padrão de buscas ilegais, 41 pessoas resultaram afetadas, o que implica uma diminuição de 8,88% das vítimas, com relação ao Informe anterior, que registrou 45. Foi possível identificar a identidade sexual dos implicados: 26 (63,41%) são homens, 12 (29,26%) são mulheres e três crianças. E 21 dos corpos de segurança do Estado foram assinalados como tendo implementado tais ações.

No caso das ameaças ou assédio, o número de pessoas afetadas diminuiu 24,44%, pois se documentaram 34 vítimas, em comparação às 45 registradas para o período de outubro de 2007 a setembro de 2008. Das vítimas identificadas, 19 são homens (55,88%) e 9 são mulheres (26,47), e um total de 16 corpos de segurança do Estado foram responsabilizados por este tipo de violações.

Por último, o único padrão onde o número de vítimas aumentou foi o dos feridos, com 46,15%, registrando-se para este período 19 pessoas, em comparação com os 13 do período anterior. Os homens continuam sendo os afetados mais frequentes, como neste caso, onde 100% era deste sexo. Em relação aos responsáveis, 16 entidades de segurança nacional foram assinalados como os executores deste tipo de violação ao direito à integridade pessoal.

Em relação ao **direito à justiça**, a falta de avanços motivou o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) a ordenar a reestruturação de todo o Poder Judiciário Venezuelano, na qual todos os juízes serão submetidos/as a um processo obrigatório de avaliação institucional. 90% dos casos estudados, nos quais se interpuseram pretensões contra as atuações dos diferentes órgãos do Estado, foram declarados sem lugar ou não se produziu pronunciamento algum sobre o fundo do assunto.

Promulgou-se, no dia 1.10.09, a Lei do Sistema de Justiça (LSJ), que cria, entre outros aspectos, uma Comissão Nacional com o objeto de gerar e coordenar políticas de Estado que melhorem seu funcionamento. Igualmente, se publicou na Gazeta Oficial o Código de Ética do Juiz e da Juíza Venezuelanos, no dia 6.08.09, com o qual a Assembléia Nacional cumpriu com a solicitação da Corte Interamericana. Mantém-se a coincidência entre as decisões do STJ e as declarações dos altos funcionários do governo nacional.

Ainda que a porcentagem de dinheiro destinado para o ano 2009 para o funcionamento do Sistema de Administração de Justiça (2.60) seja menor em relação ao ano anterior (2.94), continua sendo superior aos 2% do total do orçamento ordinário, tal como o ordena o artigo 254 da Constituição. Porém, esta alocação de recursos não tem gerado o impacto desejado. Por outro lado, no final do ano 2008, de 1882 juízes, só 51% são titulares e 49% provisórios. Quer dizer, 959 juízes titulares, 545 juízes provisórios a nível nacional, 281 juízes temporais e 96 juízes suplentes.

O retardo processual constitui um dos mais graves problemas que apresenta a área, irregularidade reconhecida pela Defensoria do Povo, originando diferentes protestos por parte de pessoas privadas de liberdade. Segundo as cifras do Ministério do Interior e Justiça, em 2008 se contabilizou um total de 24.360 pessoas privadas de liberdade, das quais 15.332 estavam em condição de processadas, o que representa 62,93% do total de internos. Contabilizou-se 3,11 defensores públicos designados para cada 100.000 habitantes, índice que tem aumentado desde 2004. No total, à Defesa Pública ingressaram 118.591 causas.

A presidenta do STJ, Luisa Estela Morales anunciou a execução de obras de infraestrutura para melhorar a administração de justiça: adequação de 10 espaços físicos para a instalação de Tribunais Agrários, adequação de 3 espaços físicos para os Tribunais de Violência contra a Mulher; 3 Tribunais de Proteção de Crianças e Adolescentes; um para um Tribunal Contencioso e outro para um Tribunal do Trabalho, terminaram-se 2 módulos do Palácio de Justiça, e a construção de 3 edifícios que serão sedes judiciais, para beneficiar a 2.075.637 habitantes. Porém, a mesma ênfase não se realiza no incremento do número de juízes e juízas a nível nacional, cifra que apenas se incrementou em 31 designações em relação ao ano anterior, para colocar-se em 1.895.

Em matéria do direito à **liberdade de expressão e informação**, a polarização continua sendo o contexto no qual se desenvolve o trabalho jornalístico. A democratização do espaço radioelétrico, linha medular da política de comunicação do Governo Nacional, cujo norte é a hegemonia, se desenvolve no marco do que tem sido definido como “guerra midiática”.

É assim que, durante o período abarcado por este informe, se produziram 121 violações do direito de liberdade de expressão. A agressão foi a primeira forma de violação, seguida pela censura e a intimidação. As principais vítimas foram os jornalistas, assim como os profissionais da fotografia, câmeras e equipe técnica. Um total de 55 meios se viram afetados pelos ataques às suas sedes, 53 dos quais eram privados e 2 comunitários.

Em comparação com o período anterior, houve uma diminuição quantitativa no número de violações, pois para tal período se registraram 147. Porém, qualitativamente, as mesmas têm tido maior impacto e um fato representativo desta situação é a declaração da cessação dos efeitos jurídicos das licenças outorgadas a 32 emissoras e 2 canais de televisão, com a qual ficaram fora do ar.

Esta medida, executada pelo Ministério do Poder Popular para Moradia e Obras Públicas, Diosdado Cabello, não só obriga às usuárias e usuários a uma diminuição na oferta radial, senão que também afeta o direito ao trabalho de aproximadamente 1400 pessoas do setor. Como consequência de tal medida, o grêmio se organizou numa associação chamada Somos Radio.

A garantia deste direito não se consegue só com a promoção, que se evidenciou na realização do Encontro Alternativo de Comunicadores, iniciativa de participação cidadã que a Provea apóia, senão também através da proteção e investigação de violações já cometidas e, particularmente, no caso venezuelano, através de um discurso oficial midiático mais respeitoso da diversidade.

Quanto ao direito à **liberdade pessoal**, durante estes doze meses se registrou um total de 927 vítimas de violações ao direito à liberdade pessoal, 45,39% a menos que no período 2007-2008, quando se denunciaram 1.706 pessoas detidas. As detenções massivas apresentam decréscimo flutuante, alcançando uma diminuição de 86,86%. As detenções de manifestantes chegaram ao ponto mais alto em sete anos, com 676. Uma alta porcentagem das pessoas detidas em protestos pacíficos foi submetida a juízos penais, e lhes foram ditadas medidas substitutivas de liberdade.

Destaca-se a morte de sete pessoas detidas em retenções policiais e militares. Cujas principais responsabilidades se derivam não do trabalho dos corpos de segurança, mas da atuação fora do tempo dos outros operadores do sistema de justiça, em particular o Ministério Público e tribunais. 14% das vítimas denunciou que a privação de liberdade esteve acompanhada de denúncias de tratos cruéis, inumanos ou degradantes, especialmente em relação ao uso excessivo da força para submetê-las.

As polícias estaduais e municipais foram responsáveis por 71,3% das detenções, deixando em segundo plano os corpos de segurança com jurisdição nacional, com 28,7%. A maioria das denúncias continuam se produzindo por atuações dos corpos policiais dos estados, principalmente os que têm funções com características preventivas, direcionadas a garantir a segurança e a ordem pública; porém, todas realizam atividades de busca e captura, e a maioria conta com “retenções” ou centros de detenção.

A pesquisa revela que 36% das vítimas é do gênero feminino, em contraste com 64%, do gênero masculino. Da mesma forma, as pessoas entre 18 e 30 anos concentram 55,40% das detenções; os maiores de 30 anos, 33,20%; e os menores de 18, 11,10%.

Denuncia-se a recorrência de detenções contra adolescentes e jovens (entre 18 e 30 anos) com um perfil socioeconômico identificado como classe baixa ou de escassos recursos, que usualmente habitam em zonas populares e especialmente durante as operações de segurança cidadã denominadas redadas, apesar de estarem proscritos desde a entrada em vigência da Constituição e do Código Orgânico Processual Penal (COPP).

Registram-se 16 presos políticos. Estas pessoas se encontram privadas de liberdade, acusadas de cometer um delito comum e existem elementos que permitem pensar, fundamentalmente, que o processo judicial está orientado mais por motivos políticos que jurídicos. Finalmente, se marca a presença de detenções associadas a padrões discriminatórios de gênero e sociais em relação a práticas de controle de identidade e detenções arbitrarias. Destacam-se casos de detenções a pessoas pertencentes ao coletivo gay, lésbicas, trans-sexuais, transgênero, travestis e intersexuais (GLBT/TTI).

Em relação ao direito à **manifestação pacífica**, se registraram 2.893 manifestações, um aumento de 64,09% em comparação com o ano anterior, quando ocorreram 1.763 protestos. Do total, 2.822 foram de caráter pacífico, enquanto que 71 dos casos adotaram características violentas. Estas cifras colocam o ano de 2008 como o de maior mobilização durante a década de governo do Presidente Chávez.

O monitoramento realizado pela Provea diagnosticou que 187 das manifestações foram reprimidas, impedidas ou obstaculizadas por organismos de segurança do Estado, o que significa 6,26% do total. Estes dados expressam que, enquanto no período anterior se reprimiu 1 de cada 20 manifestações, neste se reprimiu 1 de cada 15. Da mesma forma, se registrou o falecimento de sete (7) manifestantes, cinco (5) por parte de funcionários policiais ou militares, e dois (2) por ações de cidadãos civis armados.

Os trabalhadores e trabalhadoras foram o ator social mais mobilizado, protagonizando 989 protestos. Foram seguidos pelos vizinhos, com 762 ações de rua e pelos estudantes, com 370 manifestações. Mantém-se a tendência histórica venezuelana de uma primazia da exigência de direitos econômicos, sociais e culturais (DESC) sobre os direitos civis e políticos (DCP) como causa dos protestos. Os DESC motivaram 67,30% do total de mobilizações, enquanto que as demandas por DCP representaram 32,21%. Em consonância com os dados anteriores, as demandas trabalhistas somaram 983 ações, o equivalente a 33,97% do total. Em segundo lugar, se colocaram as exigências de moradia digna, com 588 registros, uma porcentagem de 20,34%. Seguem as petições por segurança pessoal, 357 ações (12,34%), e educação, com 244 ações (8,43%).

Mantém-se o fechamento de ruas como o principal mecanismo que os diferentes atores sociais empregam para exigir das autoridades governamentais uma melhor qualidade de vida, somando 1.012 registros, 34.98% do total. Por sua parte, as concentrações se colocaram em segundo lugar, com 959 eventos, 33.14% do total, seguidas de 262 passeatas (9.05%) e paralisações trabalhistas, com 214 eventos (7.39%).

Nos últimos meses tem aumentado a tendência de criminalização dos protestos por parte das autoridades. Nos últimos cinco anos têm-se registrado 2.240 casos de pessoas submetidas a regimes de apresentação por sua participação em ações de exigibilidade de direitos. Igualmente, diferentes porta-vozes do Executivo Nacional têm reincidido em expressar a necessidade de solicitar “permissão” para a realização de manifestações, exigência que vulnera o direito tal como se encontra consagrado na Carta Magna.

O **direito à participação**, durante este período, experimentou avanços e retrocessos sobre os princípios de transparência, vontade, educação, solidariedade, pluralidade, coresponsabilidade, deliberação pública, controle da gestão pública, autonomia e informação.

A atividade parlamentar teve um importante trabalho sobre a construção do marco legislativo que rege este direito no país. A AN trabalha na reforma da Lei de Conselhos Comunais, que foi sancionada na primeira discussão. Aprovou-se a Lei Orgânica de Processos Eleitorais (LOPE), sobre a qual surgiram diversas opiniões. Enquanto porta-vozes oficiais afirmavam que esta normativa se fundamenta na representação proporcional da população, partidos políticos e organizações civis manifestavam sua preocupação pela inconstitucionalidade deste regulamento. Também foi promulgada a Lei Orgânica do Registro Civil (LORC), com a finalidade de se garantir um processo automatizado, ágil e expedito para a modificação, retificação e obtenção de documentos de identidade. Além disso, permite que as pessoas transgênero solicitem a modificação de seu nome no registro civil e legaliza o concubinato para casais constituídos por pessoas em condição de solteiro, divórcio ou viuvez.

Além disso, este período esteve marcado pelos comícios Regionais sobre as eleições de Prefeitos e Governadores, em novembro de 2008, e pelo desenvolvimento do Referendo Aprovatório da emenda dos artigos 160, 162, 174, 192 e 230 da Constituição da República Bolivariana de Venezuela (CRBV), realizado em fevereiro de 2009. Apesar das postulações a cargos públicos e do exercício do sufrágio pelos cidadãos/as, se evidenciou a marcada polarização do contexto político do país.

Sobre o Orçamento Participativo, ressaltamos as consultas de 15 governos. Esta situação contrasta com o fato de que só 59 das 337 prefeituras, deram efetivo cumprimento ao mandato pressuposto de participação através das discussões com os conselhos comunais.

Um dos avanços significativos em relação a este direito está refletido na constituição de organizações cooperativas de cidadãos/as, fato que tem permitido que a Venezuela seja o país com maior quantidade de cooperativas legalizadas no mundo. Além disso, ressaltamos o surgimento de meios de comunicação alternativos e comunitários, apesar de não terem escapado do contexto de polarização política.

As mobilizações de agrupações de GLBTTI com a finalidade de conseguir um maior reconhecimento e diminuição da exclusão a nível nacional também apresentam avanços importantes em seus exercícios de participação, do mesmo modo que as organizações emergentes representadas por agrupações de cidadãos e cidadãs vítimas de abusos policiais, as quais continuam em sua agenda autônoma de reivindicações.

Em relação aos **direitos das pessoas privadas de liberdade**, em outubro de 2009 sua população tinha se incrementado em 21% em comparação com o ano anterior. Sua cifra ascendia a 30.483 pessoas, equivalente a 107,4 pessoas encarceradas para cada cem mil habitantes (pcmh). Esta taxa não se encontra nem entre as mais elevadas da América Latina, nem na própria história venezuelana, mas evidencia um crescimento acelerado que não corresponde ao marco jurídico-constitucional nem ao incremento delitivo. Mais de 50% das pessoas reclusas são jovens entre 20 e 29 anos, 96% são de nacionalidade venezuelana e 52% são solteiros. Seguindo a tendência histórica, a população encarcerada está constituída, em sua grande maioria, por homens, os quais compreendem 93,8% do total da população, enquanto que as mulheres ocupam 6,2%. Para o mês de junho, 84% dos estabelecimentos penitenciários apresentava problemas de superlotação, registrando-se as cifras mais altas no Internado Judicial Carúpano (589%), Internado Judicial Sucre (433%), Internado Judicial San Fernando de Apure (255%) e no Internado Judicial Falcón (246%).

Realizou-se a inauguração da primeira e única Comunidade Penitenciária do país, na cidade de Coro (Estado Falcón), com uma operatividade de 100%. Esta instalação se destaca pela seleção de pessoal especializado e aplicação dos padrões de classificação da população, além de contar com sistemas de vídeo-vigilância e monitoramento que a convertem em uma das mais modernas da América Latina. Não se cumpriu a promessa de construir 5 obras penitenciárias para diminuir a superlotação no setor, porém se inaugurou o Centro Penitenciário Terrazas de Yare III, o qual espera abrigar um total de 432 internos. Em relação aos progressos nas obras de outras Comunidades Penitenciárias, se informou que a construção da C.P. de Carabobo se encontra com 55% de avanço, enquanto a C.P de Lara está com 48%.

Em relação às condições de vida da população, continuam os problemas relacionados com a coleta de lixo, higiene, fornecimento de água potável, falhas elétricas, assim como continuam as reclamações por parte dos internos e de seus familiares pelos problemas hidro-sanitários e as condições anti-higiênicas que criam e promovem doenças na população. Esta situação se repete nos estabelecimentos submetidos a medidas provisórias por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). No ano de 2008, o número de mortes diminuiu em 18% com relação ao ano anterior e a quantidade de feridos em 20%. No total, se trata de 422 pessoas que morreram em situação de prisão judicial preventiva da liberdade. Apesar do retrocesso, continua sendo uma das cifras mais elevadas da região.

Só 34% das pessoas privadas de liberdade estavam cumprindo uma sentença firme, enquanto que 66% das pessoas se acham em prisão preventiva. A dez anos da entrada em vigência do novo processo penal venezuelano, as cifras indicam graves falhas no sistema de justiça que vão muito além da gestão penitenciária. A Fiscal Geral da República, Luisa Ortega Díaz, se comprometeu a trabalhar para reduzir o retardo processual, anunciando a criação de dez órgãos de fiscalização no âmbito nacional com competência em regime penitenciário, das quais, em finais de 2008, só se encontravam plenamente operativas duas, uma no Estado Falcón e outra no Estado Guárico. Um caso emblemático em relação ao uso estendido da prisão preventiva se registrava no C.P.R. Capital Yare I. De 1.100 internos, 70% se encontrava sob medida de privação judicial preventiva de liberdade e sem classificação alguma.

No período anterior se geraram expectativas acerca do desenvolvimento do plano de “autodepuração”, segundo o qual se colocaria à ordem dos tribunais aqueles funcionários detectados em ações irregulares. Até o fechamento deste Informe, não se apresentaram resultados, persistindo os graves casos de corrupção interna (distribuição de armas e drogas, cobranças indevidas à população reclusa, etc.), sem que, até a data atual, se conheça o número, natureza, ou fase em que se encontram as investigações.

Para o **direito à segurança cidadã**, segundo diversas pesquisas de opinião, o tema da insegurança e delinquência encabeçaram a lista das preocupações da cidadania, situação que tornam manifesto que estes aspectos não são muito conjunturais da percepção da população, situação que coincide com o período anterior. Pelo contrário, a situação econômica ou a crise política demonstram uma maior variação percentual e mobilidade no que se refere a inquietudes dos venezuelanos e das venezuelanas.

Durante o período que abarca o presente informe, o total de delitos, em comparação ao ano passado, cresceu 2,76%. No momento de desagregar a cifra total, pode se perceber que os delitos contra propriedades aumentaram, ao passarem de 54,3% em 2007 para 56,4% em 2008. Por outro lado, os delitos contra as pessoas mantiveram sua tendência ascendente e se colocaram em 29,9% do total.

A comparação entre o número de seqüestros entre janeiro e setembro de 2009, em relação a 2008, demonstra uma variação no país de 41,53% e 202,22% em Caracas. As estatísticas que se referem aos roubos refletem um decréscimo de 3,06% com relação ao período anterior, porém, para a cidade capital, houve um aumento percentual de 2,87.

A taxa de homicídios se colocou em 52 por 100 mil habitantes em 2008 e mantém o comportamento crescente. Em Caracas, houve um decréscimo na taxa de homicídios ao

passar de 130 para 127 por 100 mil habitantes e por seu comportamento irregular, de altos e baixos, não se pode afirmar que exista uma tendência à queda, pelo contrário, demonstra-se que a violência tem se instalado na sociedade e as respostas governamentais têm sido insuficientes e ineficientes.

Sobre o último ponto, a respeito de como tem sido a intervenção do Estado, destaca-se a visão de curto prazo e imediatista das operações, uma forma de abordar a problemática sem atender a todas as dimensões que influem nela, um modo de atenção que não solucionará o estrutural da situação de insegurança, e, pelo contrário, seguirá fortalecendo o imaginário coletivo da violência como método de resolução de conflitos.

Durante estes doze meses, a Provea registrou que 205 pessoas foram vítimas de violação ao **direito à vida** por parte de diferentes corpos de segurança do Estado venezuelano. Isto representa uma diminuição de 11,25% em relação ao período 2007-2008. Reportando um comportamento descendente, rompendo com a tendência ao aumento que se mantinha desde o período 2004-2005.

Na pesquisa se contrastam as tendências observadas pela Provea com dados oficiais da Promotoria Geral da República e outros centros de pesquisa.

Desta forma, se destaca que as vítimas das violações ao direito à vida continuam sendo, predominantemente, homens (94,66%) e mais da metade jovens menores de 24 anos de idade (58,01%).

A cidade de Caracas apresenta o maior número de mortes, 48, em comparação com o resto do país. Revelando uma consistência importante nos últimos 10 anos, em relação à concentração dos casos de vulneração deste direito na capital venezuelana.

Durante o período de estudo, funcionários de 44 corpos de segurança têm sido envolvidos na vitimização de pelo menos uma pessoa. Encabeçam a lista: o Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas (CICPC), 17,07%; seguido pela Polícia Metropolitana (PM), 12,68%; e a Polícia do Estado Lara, 6,82%.

Os padrões do direito à vida apresentam a seguinte distribuição; execuções, 135; uso excessivo da força, 45; uso indiscriminado da força, 14; Torturas ou tratos cruéis, 10; morte por negligencia, 1. A documentação dos casos identifica como sub-padrões de vulneração: abuso de poder, 117; mortes ocorridas sob custódia, 45; mortes ocorridas em manifestações, 5.